

CADERNO DE ENCARGOS
ELABORAÇÃO DE CANDIDATURA AO PROGRAMA
«BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª Objeto do procedimento	3
Cláusula 2.ª Contrato.....	3
Cláusula 3.ª Prazo de vigência do contrato	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	3
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	3
Cláusula 4.ª Obrigações principais do prestador de serviços.....	3
Cláusula 5.ª Forma de prestação do serviço.....	4
Cláusula 6.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	4
Cláusula 7.ª Transferência da propriedade.....	4
Cláusula 8.ª Local da prestação de serviços	4
Cláusula 9.ª Objeto do dever de sigilo.....	4
Cláusula 10.ª Prazo do dever de sigilo.....	5
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	5
Cláusula 11.ª Preço contratual	5
Cláusula 12.ª Condições de pagamento.....	5
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	6
Cláusula 13.ª Penalidades contratuais	6
Cláusula 14.ª Força maior	6
Cláusula 15.ª Resolução por parte do contraente público	7
Cláusula 16.ª Resolução por parte do prestador de serviços.....	7
CAPÍTULO IV - SEGUROS.....	7
Cláusula 17.ª Seguros.....	7
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	7
Cláusula 18.ª Foro competente	7
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	8
Cláusula 19.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Cláusula 20.ª Comunicações e notificações	8
Cláusula 21.ª Contagem dos prazos.....	8
Cláusula 22.ª Legislação aplicável.....	8
CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS	8
Cláusula 23.ª Enquadramento do objeto do contrato.....	8
Cláusula 24.ª Descrição das iniciativas	9
Cláusula 25.ª Trabalhos a desenvolver	9
Cláusula 26.ª Documentos a entregar	9
Cláusula 27.ª Equipa técnica.....	9

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de consultadoria para apoio à formalização da manifestação de interesse relativa à fase de pré-qualificação, no âmbito da candidatura ao programa "Bairros Comerciais Digitais".
- O objeto deste procedimento visa a elaboração de uma candidatura à Fase 1 constante do AVISO N.º 01/C16-102/2022, nos termos designados no referido Aviso.

Cláusula 2.ª | Contrato

- O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - O presente caderno de encargos;
 - A proposta adjudicada;
 - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.ª | Prazo de vigência do contrato

O contrato produz efeitos no dia da sua publicação no portal dedicado aos contratos públicos, Base (www.base.gov.pt) e mantém-se em vigor até 2 de maio de 2022, em conformidade com os respetivos termos e condições, nomeadamente os previstos no caderno de encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.ª | Obrigações principais do prestador de serviços

- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações principais identificadas nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-03 06

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª | **Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, sempre que se justifique, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Espinho.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.ª | **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

O prestador de serviços fica obrigado a proceder à entrega de todos os documentos elaborados ao abrigo do contrato, com a obrigatoriedade da apresentação do comprovativo da submissão da manifestação de interesse relativa à fase de pré-qualificação, no âmbito da candidatura ao programa "*Bairros Comerciais Digitais*", devendo os mesmos reunir as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas deste caderno e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 7.ª | **Transferência da propriedade**

1. A celebração do contrato implica a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Espinho, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 8.ª | **Local da prestação de serviços**

A prestação de serviços objeto do presente contrato é realizada nas instalações do prestador de serviços, sem prejuízo do mesmo se deslocar às instalações da entidade adjudicante sempre que necessário.

Cláusula 9.ª | **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Cláusula 10.^a | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 11.^a | **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 12.^a | **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega de todos os elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, bem como o comprovativo da submissão da manifestação de interesse relativa à fase de pré-qualificação, no âmbito da candidatura ao programa "*Bairros Comerciais Digitais*".
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Espinho – Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, Apartado 700, 4501-901 Espinho ou então através de correio eletrónico para o endereço contabilidade@cm-espinho.pt com a indicação do número de compromisso.
4. Em caso de discordância, por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.^a | **Penalidades contratuais**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária de 100% do preço contratual, nomeadamente pela não submissão da candidatura de manifestação de interesse na data prevista no Aviso n.º 01/C16-i02/2022, até ao dia 30 de abril de 2022.

Cláusula 14.^a | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Cláusula 15.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 16.^a | **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula identificada como “Foro Competente”.
3. Nos casos previstos do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 17.^a | **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, nomeadamente de riscos por acidentes de trabalho.
2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de três dias.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 18.^a | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. Não é admitida a cessão da posição contratual, sem prejuízo do previsto nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP.
2. Não é admitida a subcontratação, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 318.º do CCP.

Cláusula 20.ª | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 22.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 23.ª | **Enquadramento do objeto do contrato**

1. O programa "*Bairros Comerciais Digitais*" é uma das medidas de apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) dirigida ao setor do comércio e serviços, visando a incorporação de tecnologia nos modelos de negócio das empresas e que possibilitará o acesso a diferentes tipologias de investimento, numa combinação entre proximidade e incorporação tecnológica.
2. A Fase 1 destina-se à formalização da manifestação de interesse por parte do Município de Espinho, para a pré-qualificação e concretização do seu projeto.
3. O Bairro da área de intervenção no município, localizado entre a Rua 2 e Rua 20 e entre a Rua 19 e Rua 23, trata-se de uma natural e efetiva ligação entre as duas principais zonas comerciais da cidade, a nascente e a ponte da linha férrea, que poderá potenciar e reforçar o conceito de "centro comercial a céu aberto" e que se destaca na história do comércio tradicional de Espinho

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	ELABORAÇÃO DA CANDIDATURA AO PROGRAMA «BAIRROS COMERCIAIS DIGITAIS»	
	NIPG		
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Planeamento e Projetos Estratégicos	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Cláusula 24.^a | **Descrição das iniciativas**

1. Para o desenvolvimento da candidatura, a caracterização e avaliação da área de intervenção devem ser efetuadas com base na recolha de informação e auscultação.
2. Deverá ser realizado um diagnóstico estratégico prospetivo, com a identificação de fatores críticos e desafios estratégicos.
3. A elaboração de um plano de ação estratégico, deve obedecer à definição das prioridades, dos eixos estratégicos e das ações, que respondam às necessidades definidas.

Cláusula 25.^a | **Trabalhos a desenvolver**

Para cumprimento dos objetivos previstos, a presente prestação de serviços pressupõe os seguintes trabalhos:

- Caracterização e avaliação da área de intervenção;
- Análise e interpretação da informação recolhida, incluindo a hierarquização dos problemas detetados e a formulação de propostas de ação para a resolução dos problemas identificados
- Realização de diagnóstico prospetivo com identificação de fatores críticos e desafios estratégicos.
- Definição das prioridades, dos eixos estratégicos e das ações que respondam às necessidades definidas e que permitam o desenho de um plano de ação estratégico da operação.
- Coordenação do processo de submissão da candidatura ao Aviso "*Bairros Comerciais Digitais*", no âmbito do Plano de Resolução e Resiliência e produção de relatório final.

Cláusula 26.^a | **Documentos a produzir ao abrigo do contrato**

Da prestação dos serviços, devem ser elaborados e entregues os seguintes documentos:

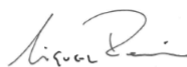
- Diagnóstico Prospetivo preliminar da área de intervenção, em formato editável e PDF;
- Proposta de Plano de Ação Estratégico, em formato editável e PDF;
- Relatório final contendo as versões finais do diagnóstico prospetivo, do plano de ação estratégico e ainda uma apresentação resumo em PowerPoint.

Cláusula 27.^a | **Equipa técnica**

1. A equipa técnica designada para a prestação destes serviços, deve ser constituída por elementos com competências multidisciplinares e com experiência comprovada em relação aos aspetos técnicos, legais e de gestão, exigidos para a execução deste contrato nos termos do Aviso N.º 01/C16-i02/2022.
2. Deve ser indicado por escrito ao gestor do contrato, um Diretor de Equipa que coordenará com os técnicos do Município para a correta execução dos trabalhos contratados.

Espinho, 11 de abril de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,



Miguel Reis
PRESIDENTE DA CÂMARA
Nº Func.:1766 11-04-2022
Assinatura Digital Qualificada